



Av. Julio de Maílhos, 1613 – Centro Fone: (0XX54)3308-1900

#### PREGÃO PRESENCIAL N. 011/2012

Processo nº 017/2012 Abertura:08 agosto de 2012

Horário: 9h Horas Tipo: MENOR PREÇO

O MUNICÍPIO DE PONTÃO - RS, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, mediante seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº 179/2012, torna público, para conhecimento dos interessados, que, encontra-se aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, através do site <a href="https://www.cidadecompras.cnm.org.br">www.cidadecompras.cnm.org.br</a>, nos termos da Lei n.º10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto municipal nº 925 de 16/06/2009, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e condições previstas no Edital e seus anexos, encerrando-se o prazo para recebimento dos envelopes da PROPOSTA DE PREÇO e dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO no dia e hora acima mencionados, no seguinte local: no Centro Administrativo municipal de Pontão - RS, sito na Avenida Júlio Maílhos nº 1613, mediante as seguintes condições:

#### 1- DO OBJETO E DA JUSTIFICATIVA

- 1.1 Constitui objeto da presente licitação *Aquisição Parcelada de Gêneros Alimentícios para Alimentação Escolar* conforme descrições e especificações do Anexo I, do presente edital.
- 1.2. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da dotação orçamentária abaixo descrita.

Dotações orçamentárias:

06 - Secretaria Municipal de Educação

0603 12 361 0089 2116 3390 30 - Gêneros Alimentícios - PNAE Ens. Fundamental

0603 12 362 0089 2117 3390 30 - Gêneros Alimentícios - PNAE Ens. Médio

0603 12 365 0089 2115 3390 30 - Gêneros Alimentícios - PNAE Pré Escola

0603 12 366 0089 2118 3390 30 - Gêneros Alimentícios - PNAE EJA

#### 2 - DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

- 2.1 Poderão participar deste Pregão pessoas jurídicas que atenderem a todas as exigências estabelecidas neste Edital, e:
- 2.1.1 não estejam suspensas de licitar ou impedidas de contratar com a Administração Pública em todas as esferas;
- 2.1.2 que não estejam sob processo de falência ou concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial (declaração do órgão competente);
  - 2.1.3 nenhum representante poderá representar mais de uma empresa licitante;

#### 2.2 - DA PARTICIPAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

- 2.2.1. As microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 72 da Lei Complementar 123/2006, e devido à necessidade de identificação pela Pregoeira e pela Equipe de apoio, deverão comprovar o enquadramento como "ME" ou "EPP".
- 2.2.2. O credenciamento do licitante como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) somente será procedido pela Equipe de Apoio, se o interessado comprovar tal situação jurídica.
- 2.2.3. A não comprovação de enquadramento da empresa como "ME" ou "EPP", significa renúncia expressa e consciente, desobrigando a Pregoeira, dos benefícios da Lei Complementar 123/2006, aplacáveis ao presente certame.



Av. Julio de Maílhos, 1613 – Centro Fone: (0XX54)3308-1900

- 2.2.4. A responsabilidade pela declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte é única e exclusiva do licitante que, inclusive, se sujeita a todas as conseqüências legais que possam advir de um enquadramento falso ou errôneo.
- 2.2.5. Nos termos dos artigos da Lei Complementar nº. 123/06, após a classificação final dos preços propostos, como critério de desempate, será dada preferência à contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, desde que o menor preço ofertado não seja de uma microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 2.2.6. O empate mencionado no item 2.2.5 será verificado na situação em que a proposta apresentada pela microempresa ou empresa de pequeno porte seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, ocasião na qual se procederá da seguinte forma:
- 2.2.7. A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, de acordo com o disposto no subitem 2.2.5, poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.
- 2.2.8 Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem 2.2.5, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação definida no subitem 2.2.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- 2.2.9 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 2.2.10 Na hipótese da não-contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, na própria sessão pública, após verificação da documentação de habilitação.
- 2.2.11 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeitos de habilitação, conforme item 8 deste Edital, sob pena de inabilitação, ainda que essa apresente alguma restrição.
- 2.2.12 Havendo alguma restrição na documentação para comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da declaração de vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, devendo a empresa interessada apresentar as respectivas certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.
- 2.2.13 A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem 2.2.12, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas deste Edital, sendo facultado à Administração convocar para nova sessão pública os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.

#### 3 - DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO:

- 3.1. O licitante, para credenciamento, deverá apresentar-se junto ao Pregoeiro, diretamente ou através de seu representante que, devidamente identificado e credenciado por meio legal, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse do representado.
  - 3.2. O credenciamento será efetuado da seguinte forma:
- a) se dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado da empresa proponente, deverá ser apresentada cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado; em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores; no caso de sociedade civil, inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício; em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.
  - b)se representante legal, deverá apresentar:
- b.1) instrumento público ou particular de procuração, em que conste o nome da empresa outorgante, bem como das pessoas com poderes para a outorga de procuração, e, também, o



Av. Julio de Maílhos, 1613 – Centro Fone: (0XX54)3308-1900

nome do outorgado, constando ainda, a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública; ou

- b.2) termo de credenciamento (conforme modelo no ANEXO III deste edital) outorgado pelos representantes legais do licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame. Em ambos os casos (b.1 ou b.2), deverá ser acompanhado do ato de investidura do outorgante como dirigente da empresa.
  - c) se empresa individual, o registro comercial, devidamente registrado.
  - d) cartão de inscrição no cadastro nacional de pessoas jurídica (CNPJ);
- 3.2.1. É obrigatória a apresentação de documento de identidade para conferência pelo pregoeiro.
- 3.3. Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar o credenciamento para o representante da empresa, a falta de qualquer uma delas invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.
- 3.4 Declaração do licitante dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação constantes no item 8 do edital, conforme ANEXO II, a qual deverá ser apresentada por fora do envelope nº 01 Proposta, juntamente com a Carta de Credenciamento.
- 3.5. A presença do licitante ou representante legal é obrigatória, para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatória a presença da licitante ou de seu representante em todas as sessões públicas referentes à licitação.

A documentação referente ao credenciamento deverá ser apresentada por fora do envelope da proposta: Contrato Social ou Declaração de Firma Individual; Cartão do CNPJ, Procuração ou Termo de Credenciamento do <u>ANEXO III</u> e a Declaração constante no <u>ANEXO II</u>.

#### 4 - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:

4.1 Os interessados deverão entregar, no dia e local, fixados no preâmbulo deste Edital e no horário estipulado no Item 05, para a realização desta licitação, os seus envelopes contendo a Proposta de Preços (Envelope nº 1) e os Documentos de Habilitação (Envelope nº 2) devidamente fechados e indevassáveis, rubricados no seu fecho, contendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

À Prefeitura Municipal de Pontão Processo Licitatório nº 017/2012 Pregão Presencial Nº 011/2012 Envelope nº 1 – PROPOSTA Nome do Proponente:

Prefeitura Municipal de Pontão Processo Licitatório n° 017/2012 Pregão Presencial N° 011/2012 Envelope n° 2 – DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO Nome do Proponente:

5 – DA REALIZAÇÃO DO CERTAME E DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES:



Av. Julio de Maílhos, 1613 – Centro Fone: (0XX54)3308-1900

- 5.1. No dia 08 de Agosto de 2012 às 9h horas, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública do Pregão, o Pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes nº 01 PROPOSTA DE PREÇO e nº 02 DOCUMENTOS para procedimento do certame.
- 5.2 Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhum licitante retardatário.
- 5.3 O Pregoeiro realizará o credenciamento dos interessados, os quais deverão comprovar por meio de instrumento próprio, poderes para formulação de ofertas e lances verbais e para a prática dos demais atos do certame.
- 5.4 Toda a documentação será apensada ao presente processo licitatório sendo elaborada a ata de realização dos trabalhos com a descrição do certame.

#### 6 – DA PROPOSTA DE PREÇO:

- 6.1. A proposta deverá ser apresentada, datilografada ou impressa por meio eletrônico preferencialmente em folhas da empresa, seqüencialmente numeradas e rubricadas, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, redigidas em linguagem clara, sendo a última datada e assinada pelo representante legal da empresa, podendo seguir-se o modelo de proposta do ANEXO I deste edital, e deverá conter:
- a) razão social completa da empresa, endereço atualizado, CNPJ, telefone/fax/e-mail (se houver), e-mail e nome da pessoa indicada para contatos;
- b) prazo de que a proposta vigorará pelo mínimo de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data-limite prevista para entrega das propostas, conforme art. 64, § 3°, da Lei n° 8.666/93 e art. 6° da Lei n° 10.520, de 17-07-2002.
- 6.2. Prazo de entrega A entrega será parcelada não podendo exceder há 03 (tres) dias úteis contados da data da solicitação pela Secretaria Municipal de Educação.
- 6.3. Deve ser indicado preço líquido unitário, em moeda nacional, <u>contendo, ainda</u>, a **descrição completa do produto ofertado, marca e demais dados técnicos**, para facilitar a análise da proposta. No referido preço deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação; ou, ainda, despesas com transporte, frete ou terceiros, que correrão por conta do licitante vencedor.
- 6.4. Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no preço até, no máximo, **duas casas decimais após a vírgula**.
- 6.5. A proposta será julgada pelo menor preço por item, apurado após a etapa dos lances e de acordo com as especificações do produto.

#### 7 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

- 7.1 Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, na forma dos itens subseqüentes, até a proclamação do vencedor.
- 7.2 Não havendo, pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecerem novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

Os lances serão recebidos sucessivamente, na proporção nunca inferior a 1% sobre o valor do item apurado após cada lance.

7.3 No curso da sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidados, individualmente, a apresentarem novos lances verbais e



Av. Julio de Maílhos, 1613 – Centro Fone: (0XX54)3308-1900

sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

- 7.4 Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.
- 7.5 A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços, sendo admitida à disputa para toda a ordem de classificação.
  - 7.6 É vedada a oferta de lance com vista ao empate.
- 7.7 Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes no item 13 DAS PENALIDADES deste Edital.
- 7.8 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.
- 7.9 Caso não se realize lance verbal, será verificado a conformidade entre a proposta escrita de menor preço unitário e o valor estimado para a contratação, podendo, o Pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.
- 7.10 O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pelo Pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.
- 7.11 Encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-o com os valores consignados em Planilha de Custos, decidindo, motivadamente, a respeito.
- 7.12 A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarado vencedor o licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações deste edital, com o preço de mercado e ofertar o menor preço unitário.
  - 7.13 Serão desclassificadas:
- a) as propostas que não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação; as que contiverem opções de preços alternativos; as que forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas, ou que se oponham a qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que não atenderem aos requisitos do ITEM 6;
  - b) as propostas que apresentarem preços manifestamente inexeqüíveis;
  - c) as propostas que não apresentem as especificações exigidas.
- 7.14 Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.
- 7.15. Da sessão pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para habilitação e dos recursos interpostos.
- 7.16 A Sessão Pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto serem esclarecidas previamente junto ao Departamento de Compras e Licitações deste Município, conforme subitem 14.1 deste Edital.
- 7.17. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

#### 8 - DA HABILITAÇÃO:

- 8.1Para fins de habilitação neste Pregão, o licitante deverá apresentar, dentro do ENVELOPE N° 02, os documentos de habilitação a seguir.
- 8.1.1. Para as empresas cadastradas no Município, a documentação poderá ser substituída pelo seu Certificado de Registro Cadastral, desde que seu objetivo social comporte o objeto licitado e o registro cadastral esteja dentro do prazo de validade e a documentação solicitada para a presente licitação conste nos Cadastro de Fornecedores do Município.



Av. Julio de Maílhos, 1613 – Centro Fone: (0XX54)3308-1900

- 8.1.2. Também serão aceitos Certificados de Registro de Fornecedores emitidos pelo Governo Federal ou pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul.
- 8.1.3. As empresas cadastradas ou não-cadastradas deverão fazer prova dos seguintes documentos, em vigor na data da abertura da Sessão Pública do Pregão:
  - 8.2. Da habilitação jurídica
  - a) Cédula de identidade dos diretores ou proprietário;
  - b) Declaração de Firma Individual, no caso de empresa individual;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- d)Decreto de autorização, devidamente publicado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

# OBS: Os documentos das letras "a", "b" e "c" que já foram apresentados por conta do credenciamento não serão exigidos no envelope de documentação.

#### 8.3. Regularidade fiscal

- a) Certidão de Regularidade, da Secretaria da Receita Federal, e Certidão Quanto à Dívida Ativa da União, da Procuradoria da Fazenda Nacional ou a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União emitida pela Receita federal do Brasil:
  - b) Certidão negativa de débito para com a Fazenda Estadual;
- c) Certidão Negativa de débitos para com a Fazenda Municipal do domicílio da sede da licitante;
- d) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;
  - e)Certidão Negativa de Débito (CND/INSS) perante a Seguridade Social.
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhista em cumprimento a Lei nº 12.440/2011, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho (http://www.tst.jus.br/certidao).
- g) Declaração de que não está descumprindo o disposto no art. 7°, inciso XXXIII, da Constituição Federal, assinada pelo representante legal da licitante, conforme ANEXO IV.

O envelope de documentação deste pregão que não for aberto ficará em poder do pregoeiro pelo prazo de 10 (dez) dias, a partir da homologação da licitação, devendo o licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.

**Obs**.: Todos os documentos, exigidos no presente instrumento convocatório, poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião ou servidor da Prefeitura de Pontão, ou ainda publicação em órgão da imprensa oficial, ficando aqueles obtidos por meio da Internet dispensados de autenticação e sujeitos a sua verificação.

#### 9 - DA ADJUDICAÇÃO:

- 9.1. Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, o Pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subseqüentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.
- 9.2. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro proclamará a vencedora, proporcionando, a seguir, a oportunidade aos licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte do licitante. Constará na ata



Av. Julio de Maílhos, 1613 – Centro Fone: (0XX54)3308-1900

da Sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todas os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, manifestarem-se sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias úteis, após o término do prazo da recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo.

9.3 Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, o licitante detentor da melhor proposta será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

#### 10 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

- 10.1. Tendo o licitante manifestado motivadamente a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, terá ele o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões de recurso.
- 10.2. Os demais licitantes, já intimados na Sessão Pública supracitada, terão o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentarem as contra-razões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.
- 10.3. A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.
- 10.4. As razões e contra-razões do recurso deverão ser encaminhadas, por escrito, ao Pregoeiro, no endereço mencionado no preâmbulo deste Edital.
- 10.5. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.
- 10.6 Não serão aceitos como recursos as alegações e memoriais que não se relacionem às razões indicadas pelo licitante na sessão pública;
- 10.7 O recurso contra decisão do pregoeiro não terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

#### 11 - DA ENTREGA:

- 11.1 O presente objeto deverá ser entregue de forma parcelada, conforme a necessidade, mediante requisição da respectiva secretaria em até 3 (três), dias úteis a contar da data da solicitação.
- 11.2. Verificada a não-conformidade do objeto, o licitante vencedor deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, sujeitando-se às penalidades previstas neste Edital.
- 11.3 Os objetos desta licitação deverão ser entregues nos seguintes locais, conforme segue:
- a) Alimentos não perecíveis quinzenalmente conforme solicitação da Secretaria de Educação nas Escolas:
- b) Alimentos perecíveis semanalmente.
- 11.4. As mercadorias deverão ser entregues acondicionadas adequadamente, de forma a permitir completa segurança durante o transporte.
- 11.5. A Nota Fiscal deve, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto, devendo conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do Pregão e da ordem de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal.

#### 12 - DO PAGAMENTO:

- 12.1. O pagamento será efetuado em até 30 dias da data da entrega, mediante nota fiscal em nome da Prefeitura Municipal de Pontão.
- 12.2 O pagamento será através de cheque nominal ou transferência bancária em conta corrente, no nome do Licitante.
- 12.3. A Nota Fiscal emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do n.º do Pregão, fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

#### 13 - DAS PENALIDADES:



Av. Julio de Maílhos, 1613 – Centro Fone: (0XX54)3308-1900

- 13.1. A recusa pelo fornecedor em entregar o material adjudicado acarretará a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta.
- 13.2. O atraso que exceder ao prazo fixado para a entrega, acarretará a multa de 0,5 (zero vírgula cinco por cento), por dia de atraso, limitado ao máximo de 10% (dez por cento), sobre o valor total que lhe foi adjudicado.
- 13.3. O não-cumprimento de obrigação acessória, sujeitará o fornecedor à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da obrigação.
- 13.4. Nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520, de 17-07-2002, o licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciado do Cadastro do Município, nos casos de:
  - a) ausência de entrega de documentação exigida para habilitação;
  - b) apresentação de documentação falsa para participação no certame;
  - c) retardamento da execução do certame, por conduta reprovável;
  - d)não-manutenção da proposta escrita ou lance verbal, após a adjudicação;
  - e) comportamento inidôneo;
  - f) cometimento de fraude fiscal;
  - g) fraudar a execução do contrato;
  - h) falhar na execução do contrato.
- 13.5. Na aplicação das penalidades prevista no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do licitante ou contratado, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.
  - 13.6. As penalidades serão registradas no cadastro do contratado, quando for o caso.
- 13.7. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

#### 14 - IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

- 14.1 Decairá do direito de impugnação dos termos do edital de Pregão, perante o Departamento de Compras e Licitações, aquele que não se manifestar até 02 (dois) dias úteis antes da data de abertura da sessão do pregão, apontando as falhas e irregularidade que o viciaram:
- 14.2 A apresentação de impugnação, após o prazo estipulado no subitem anterior, não a caracterizará como recurso, recebendo tratamento como mera informação;

#### 15 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 15.1. Todos os produtos ofertados deverão atendendo aos requisitos de qualidade, utilidade, armazenamento e segurança compatíveis com as recomendadas pela vigilância sanitária, Anvisa, MAPA, ABNTou norma equivalente; O prazo de validade dos produtos não pode ser inferir a 12 meses da data da entrega.
- 15.2. Qualquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do Edital, deverão ser solicitadas por escrito, ao Município de Pontão, no Departamento de Compras e Licitações, sito na Av. Julio Mailhos, 1613, ou pelo telefone/fax 54.3308.1900, no horário de expediente, preferencialmente, com antecedência mínima de 02 (dois) dias da data marcada para recebimento dos envelopes.
- 15.3.Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente Pregão encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados no Departamento de Compras e Licitações.
- 15.4 Ocorrendo à decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão



Av. Julio de Maílhos, 1613 – Centro Fone: (0XX54)3308-1900

transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subseqüentes aos ora fixados.

- 15.5 Para agilização dos trabalhos, solicita-se que os licitantes façam constar em sua documentação o endereço e os números de fax, telefone e e-mail.
- 15.6 O proponente que vier a ser contratado ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência do Município de Pontão, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1°, da Lei n° 8666/93, sobre o valor inicial contratado.
- 15.7 Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 15.8 A Administração poderá revogar a licitação por interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 49 da Lei Federal nº 8666/93).
  - 15.9 São anexos deste Edital:
  - Anexo I Especificações Técnicas Modelo de Proposta;
  - Anexo II Declaração de Atendimento as Condições de Habilitação;
  - Anexo III Modelo de Credenciamento;
- <u>Anexo</u> IV Declaração de Cumprimento ao Artigo 7°, XXXIII da Constituição Federal.
  - Anexo V Declaração de Enquadramento de Micro-empresa
  - Anexo VI Minuta do Contrato
- 15.10 Fica eleito, de comum acordo entre as partes, o Foro da Comarca de Passo Fundo-RS, para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Pontão, 26 de Julho de 2012.

Delmar Máximo Zambiasi Prefeito Municipal em exercício

Este edital se encontra examinado e aprovado por esta Assessoria Jurídica.
Em
GOMERCINDO SEGUNDO ZAMBIASI OAB RS 15.877
Procurador Geral



Av. Julio de Maílhos, 1613 – Centro Fone: (0XX54)3308-1900

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2012

# ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MODELO DE PROPOSTA

Apresentamos nossa proposta para fornecimento do objeto do Pregão Presencial  $n^{\circ}$  001/2012, acatando todas as estipulações consignadas no Edital, conforme abaixo.

	PROPOSTA FINANCEIRA	
EMPRESA:		
CNPJ:	Contato:	
Endereço:		
Fone:	e-mail:	

Ite m	Qt. Total	DESCRIÇÃO DO OBJETO	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$	
		ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS			
01	190 Kg	Achocolatado em pó, enriquecido com vitaminas, embalagem com 400 gr.  Marca:			
02	350 Kg	Açúcar cristal, embalagem com 5kg. Marca:			
03	750 Kg	Arroz, branco, tipo 1, longo fino, embalagem 5kg. Marca:			
04	100 Pct	Aveia em flocos fino, embalagem de 250gr. Marca:			
05	500 Pct	Biscoito doce tipo maria, embalagem com 400gr. Marca:			
06	30 Kg	Colorau calorífico, tipo vermelhão, embalagem com 500gr. Marca:			
07	80 kg	Doce de fruta tipo Chimia diversos sabores embalagem 1 kg. Marca:			
08	30 kg	Gelatina em pó, diversos sabores, embalagem com 1kg. Marca:			
09	180 kg Farinha de milho, média embalagem com 1kg Marca:				
10	Feijão preto, novo, classe preta, tipo 1, grãos na concaracterística a variedade correspondente, tamanho e formatos naturais, maduros limpos e secos livre de				
11	45 kg	Feijão vermelho, novo, classe cores, tipo 1, grãos na cor característica a variedade correspondente, tamanho e formatos naturais, maduros, limpos e secos, livre de parasitas – pacotes de 1 kg. Embalagem íntegra, com registro no Ministério da Agricultura			



Av. Julio de Maílhos, 1613 – Centro Fone: (0XX54)3308-1900

	110	Lentilha, Classe Média, tipo 1, safra nova embalagem		
12	Kg	500 gr.		
		Marca:		
13	200	Óleo de soja, embalagem Pet com 900ml.		
13	Und	Marca:		
14	50	Sal refinado iodado, embalagem com 1 kg.		
17	Kg	Marca:		
		Sardinha ao molho com ervas, Ingredientes:		
15	200	Sardinha, água de constituição (ao próprio suco), sal,		
15	Lata	alho, cebola, ervas finas, lata de 125gr.		
		Marca:		
		ALIMENTOS PERECÍVEIS		
16	150	Abacaxi, tamanho médio, grau médio de		
10	Und	amadurecimento, de 1º qualidade.		
17	30 Kg	Alho em cabeça, tamanho grande, sem broto.		
18	450 kg	Banana caturra, tamanho médio, grau médio de		
10	450 Kg	amadurecimento.		
19	180 kg	Beterraba, tamanho médio, integra, de 1ª qualidade.		
20	100 kg	Cebola, tamanho médio integra, livre de brotos.		
21	150 kg	Cenoura, tamanho médio, sem manchas escuras		
		Cortes de frango congelado (Coxa e sobrecoxa) 1ª		
22	450 kg	qualidade, embalados individualmente.		
	_	Marca:		
Maca nacional vermelha integra sem manchas		Maça nacional, vermelha, integra, sem manchas,		
23	180 kg	selecionada.		
24	180	Mamão, tamanho médio, grau médio de		
24	kg	amadurecimento, de 1ª qualidade		
25	50	Manga, tamanho médio, grau médio de		
25	kg	amadurecimento, de 1º qualidade.		
		Ovos branco, com carimbo do SIF, identificação do		
26	100 Dz	lote, data de fabricação e validade.		
		Marca:		
27	100	Pimentão verde, tamanho médio, integro. Sem		
21	Kg	manchas, de 1° qualidade.		
28	80 Kg	Repolho branco podado, tamanho grande,1ª qualidade		
20	200	Salsicha Hot Dog sem corante		
29	Kg	Marca:		
20		Tomate longa vida, tamanho médio, grau médio de		
30	300 kg	amadurecimento.		
		TOTAL		
	•			
Ν	lossa pro	posta vigorará pelo mínimo de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data-limite		

Nossa proposta vigorará pelo mínimo de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data-limite prevista para entrega das propostas, conforme art. 64, § 3°, da Lei n° 8.666/93 e art. 6° da Lei n° 10.520, de 17-07-2002.
Prazo de entrega:
Trazo de ortifoga.
Garantia:
Local e Data:
2000. 0 2000.

Carimbo e assinatura do Representante Legal



Av. Julio de Maílhos, 1613 – Centro Fone: (0XX54)3308-1900

#### Observações importantes:

- Os alimentos deverão ter prazo de validade de no mínimo 12 meses, a partir da data da entrega;
- Observe que tem itens cotados em Kg,e a entrega deverá ser conforme as embalagens solicitadas no item;
- -A entrega dos alimentos **perecíveis e não perecíveis** será feita diretamente nas escolas da sede do município, conforme cronograma disponibilizado ao vencedor da licitação pela Secretaria Municipal de Educação exceto nas escolas rurais que será entregue no almoxarifado central.



Av. Julio de Maílhos, 1613 – Centro Fone: (0XX54)3308-1900

#### PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2012

#### ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DE QUE NÃO ESTÁ TEMPORARIAMENTE SUSPENSA DE PARTICIPAR EM LICITAÇÃO E IMPEDIDA DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO E DE QUE NÃO FOI DECLARADA INIDÔNEA PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Declaro/amos,	sob	as	penas	da	Lei,	(	que
			(nome	da licita	inte), (	CNPJ	n°
	(	cumpre pl	enamente d	s requisito:	s de hab	ilitação	da
licitação Município de Pontã	o/RS, Pregão	Presencial	n° 011/20	012. Declara	amos tar	nbém	não
estar temporariamente susp	ensa de partio	cipar em	licitação e	impedida d	e contra	tar cor	n a
Administração, bem como	não ter sido d	declarada	inidônea pa	ara licitar (	e contra	tar con	n a
Administração Pública.							
	de		de 201	12.			
,							
— Ass	inatura do repr	esentante	legal da lici	tante			
	lome do repres		•				

OBSERVAÇÃO: Esta declaração deverá ser entregue FORA do envelope nº 01.



Av. Julio de Maílhos, 1613 — Centro Fone: (0XX54)3308-1900

#### ANEXO III

#### **MODELO DE CREDENCIAMENTO**

Através do presente, credenciamos o(a) Sr.(a),
portador(a) da cédula de identidade no e do CPF no, a participar da
licitação instaurada pelo Município de, na modalidade de Pregão, sob o nº
011/2012, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe plenos poderes para
pronunciar-se em nome da empresa, CNPJ nº
, bem como formular propostas e praticar todos os demais atos
inerentes ao certame.
Local e data.
2004. 9 44.44
Assinatura do(s) dirigente(s) da empresa (firma reconhecida)

Nome do dirigente da empresa

**Obs.:** 1. Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar o credenciamento, a falta de qualquer uma delas invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.



Av. Julio de Maílhos, 1613 – Centro Fone: (0XX54)3308-1900

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2012

#### ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO ARTIGO 7°, INCISO XXXIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

peclaro/amos, sob as penas da Lei, que	(nome
da licitante), CNPJ nº	, não desenvolve trabalho noturno, perigoso
ou insalubre com pessoas menores de dezoito	anos, nem desenvolve qualquer trabalho com
menores de dezesseis anos, salvo na condição	de aprendiz, a partir de quatorze anos, em
cumprimento do disposto no artigo 7°, Inciso XXX	XIII, da Constituição Federal.
Pontão, de de 20°	12.
Assinatura do represent	tante legal da licitante
Nome do representar	nte legal da licitante



Av. Julio de Maílhos, 1613 – Centro Fone: (0XX54)3308-1900

### PREGÃO PRESENCIAL N. 011/2012

#### **ANEXO V**

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE (PARA FINS DE BENEFÍCIO DAS DISPOSIÇÕES DO CAPÍTULO V DA LEI COMPLEMENTAR N.º 123/06) OU COMO COOPERATIVA (NOS TERMOS DO ART. 34 DA LEI N.º 11.488/07)

### **DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO**

A empresa, inscrita no CNPJ no
ntábil), por intermédio de seu responsável (contador ou técnico , CPF nº, declara, para fins de
articipação na licitação de n.º 011/2012, modalidade de Pregão Presencial, que:
) é considerada microempresa, conforme inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 23/06;
) é considerada empresa de pequeno porte, conforme inciso II do artigo 3º da Le omplementar n.º 123/06;
) é cooperativa, tendo auferido no calendário anterior, receita bruta até o limite de R\$ 400.000,00 (tendo assim, direito aos benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complemental ° 123/06)
eclara que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da ei Complementar nº 123/06.
ocal e data:
Nome do profissional contábil:
Nº de seu registro junto ao CRC:

CARIMBO COM CNPJ DA EMPRESA



Av. Julio de Maílhos, 1613 – Centro Fone: (0XX54)3308-1900

#### **ANEXO VI**

#### CONTRATO DE LICITAÇÃO Nº /2012

TERMO DE CONTRATO QUE CELEBRAM O MUNICIPIO DE PONTÃO E A EMPRESA, CUJO OBJETO É O FORNECIMENTO DE GENEROS ALIMENÍCIOS PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

Contrato que entre si celebram, de um lado, o **MUNICÍPIO DE PONTÃO – RS**, CNPJ nº 92.451.152/0001-29 com sede na Avenida Júlio de Mailhos, 1613, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **DELMAR MÁXIMO ZAMBIASI**, doravante denominado apenas CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa e a Empresa, inscrita no CNPJ Nº, com sede na, Bairro, no município de, doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato pelo Sr., brasileiro, solteiro, comerciante, residente e domiciliada, na cidade de, portador do CPF nº, cédula de identidade n.º, estabelecem o presente CONTRATO DE FORNECIMENTO, em conformidade com a Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/02 e condições estabelecidas no **Pregão Presencial - n.º 011/2012**, constante do **Processo nº 017/2012**e consoante as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

#### CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto deste contrato o fornecimento de **Gêneros Alimentícios para Alimentação escolar**conforme abaixo descrito:

Item	Descrição Produto	Qtd/Un d	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total

#### CLAUSULA SEGUNDA: DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

- 2.1 O objeto desta licitação deverá ser entregue no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, após solicitação por e-mail do Departamento de Compras e Licitações.
- 2.1.1 O Município poderá recusar quaisquer produtos entregues.
- 2.2 Nenhum produto poderá ser entregue sem a requisição da Secretaria de Educação, responsabilizando-se a **CONTRATADA** pelas entregas irregulares.
- 2.3 O **MUNICÍPIO** não efetuará o pagamento de produtos entregues sem a solicitação supramencionada ou rejeitados.
- 2.4 A **CONTRATADA** não poderá transferir a responsabilidade do fornecimento nem protelar sua entrega.
- 2.5 Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação.

#### CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO:

- 3.1- Os produtos constantes do objeto, serão entregues pelo preço unitário, constantes na homologação do processo no 017/2012 Pregão Presencial no 011/2012
- 3.2 O valor total deste contrato é de R\$ ().

# CLÁUSULA QUARTA: DO REEQUILIBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO, ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA E REPACTUAÇÃO DO CONTRATO

**4.1** - Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial deste contrato, desde que configurada e cabalmente demonstrada quaisquer das hipóteses do artigo 65, inciso II, alínea "d", e §5° da Lei Federal n° 8.666/93.



Av. Julio de Maílhos, 1613 – Centro Fone: (0XX54)3308-1900

Parágrafo Primeiro - Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que não tenha concorrido de alguma forma a CONTRATADA, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido pela variação acumulada do IPCA/IBGE ocorrida entre a data final prevista para pagamento e a data de sua efetiva realização.

Parágrafo Segundo — No caso de prorrogação de vigência do contrato, os preços poderão ser reajustados tendo como base de referência o IGP-M (Índice Geral de Preço de Mercado) da Fundação Getúlio Vargas, contando-se o prazo a partir do mês anterior da assinatura do contrato.

**4.2** Os preços poderão ser majorados ou reduzidos sempre que houver alteração nos preços praticados pela CONTRATADA, em decorrência de determinações ou resoluções do Poder Público, nos mesmos percentuais, desde que encaminhada solicitação à CONTRATANTE pela CONTRATADA juntamente com os documentos comprobatórios da referida alteração de preços. **PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Obriga-se a CONTRATADA a solicitar à CONTRATANTE a correção dos valores alterados, acostando à sua petição os seguintes documentos comprobatórios dos fatos: a) Nota Fiscal de compra realizada pela CONTRATADA à sua distribuidora, com os valores anteriores à alteração do preço; b) Nota Fiscal de compra realizada pela CONTRATADA à sua distribuidora, com os valores posteriores à alteração do preço.

#### CLÁUSULA QUINTA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

5.1 – O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal/fatura no protocolo da Prefeitura Municipal de Pontão, situada à Av. Julio Mailhos, 1613, centro do município de Pontão – RS.

#### CLÁUSULA SEXTA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

6.1 – A vigência deste contrato terá início a partir da sua assinatura e término em 31/12/2012.

#### CLÁUSULA SÉTIMA: DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

06 - Secretaria Municipal de Educação

0603 12 361 0089 2116 3390 30 - Gêneros Alimentícios - PNAE Ens. Fundamental

0603 12 362 0089 2117 3390 30 - Gêneros Alimentícios - PNAE Ens. Médio

0603 12 365 0089 2115 3390 30 - Gêneros Alimentícios - PNAE Pré Escola

0603 12 366 0089 2118 3390 30 - Gêneros Alimentícios - PNAE EJA

#### CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES, PENALIDADES E MULTA:

- 8.1 Das obrigações do MUNICÍPIO:
- 8.1.1 Efetuar através do órgão próprio controle dos produtos entregues;
- 8.1.2 Efetuar pagamentos na forma e condições contratadas.
- 8.2 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:
- 8.2.1 Realizar o fornecimento do material na forma da proposta aqui contratada, observando fielmente o qualitativo e o valor das requisições;
- 8.2.2 Ter a pronta entrega os produtos solicitados;
- 8.2.3 Apresentar as faturas preenchidas de forma correta e em valores correspondentes às requisições, em tempo de serem processadas;
- 8.2.4 Atender de imediato as requisições e em nenhuma hipótese atrasar o atendimento.
- 8.3 DAS PENALIDADES E MULTAS:
- 8.3.1 O atraso no pagamento, sujeitará o **MUNICÍPIO** à multa diária, correspondente em moeda nacional, igual a 0,15% (zero virgula quinze por cento) sobre o valor da fatura em inadimplência, obedecendo a carência de 03 (três) dias para processamento;
- 8.3.2 O atraso na entrega do produto, sujeitará a **CONTRATADA** a multa diária, em moeda nacional, igual a 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) sobre o valor dos produtos solicitados;
- 8.3.3 Se o atraso ultrapassar a três dias, a multa prevista no item precedente, será aplicada em dobro.
- 8.3.4 A aplicação das multas, independerá de qualquer interpelação Administrativa, notificação ou protesto judicial, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que lhe tiver dado causa.



Av. Julio de Maílhos, 1613 – Centro Fone: (0XX54)3308-1900

- 8.3.5 As importâncias relativas as multas serão descontadas dos recebimentos a que a **CONTRATADA** tiver direito, competindo-lhe no caso de insuficiência ou inexistência de crédito, pagá-las na Tesouraria da Prefeitura, no prazo de 03 (três) dias, contados da notificação.
- 8.3.6 As multas e demais penalidades aqui prescritas serão aplicadas sem prejuízo das sanções cíveis ou penais cabíveis ou de processo Administrativo.
- 8.3.7 Da pena de multa caberá recurso interposto junto ao Prefeito Municipal, obedecendo o prazo da notificação, o qual deverá ser entregue na Secretaria de Administração e Finanças.
- 8.3.8 A reincidência da firma na prática de atos sujeitos à notificação de multas, dará motivo a declaração de inidoneidade impedimento de licitar com o **MUNICÍPIO** pelo período de 02 (dois) anos

#### CLÁUSULA NONA: DOS CASOS DE RESCISÃO:

- 9.1 O MUNICÍPIO poderá declarar rescindido o presente contrato, por motivo de:
- 9.1.1 A CONTRATADA não cumprir as disposições contratuais,
- 9.1.2 Subcontratação total ou parcial de fornecimento;
- 9.1.3 Decretação de falência ou instauração de insolvência civil;
- 9.1.4 Dissolução da sociedade ou falecimento dos proprietários responsáveis;
- 9.1.5 Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e homologadas pelo Prefeito Municipal.
- 9.2 A CONTRATADA poderá declarar rescindido o presente acordo:
- 9.2.1 Por atraso no pagamento das faturas;
- 9.3 A rescisão poderá ser feita por acordo entre as partes, ou judicial nos termos da legislação pertinente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

- 10.1 O contratado ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência do Município de Pontão, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1°, da Lei n° 8666/93, sobre o valor inicial contratado.
- 10.2 O presente contrato poderá ser alterado unilateralmente pela Prefeitura, ou por acordo, na forma da Lei.
- 10.3 As alterações serão processadas através de termo aditivo, nos limites permitidos em lei.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA FISCALIZAÇÃO:

- 11.1 A fiscalização do fornecimento ficará a cargo do Departamento de Compras, órgão da Secretaria de Administração.
- 11.2 A fiscalização manterá controle do fornecimento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA INADIMPLÊNCIA:

12.1 - Aplica-se no caso de inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos sociais, fiscais e comerciais e dispostos no Art. 71 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

#### CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO FORO

13.1 Elegem as partes, independente de qualquer outro por mais privilegiado que for, o Foro da Comarca de Passo Fundo/RS para dirimir qualquer dúvida ou questão do presente contrato. E, por estarem justos e contratados, assinam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, o qual, lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas.

Pontão, de 2012.

DELMAR MAXIMO ZAMBIASI PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE	CONTRATADA
TESTEMUNHAS:	